

Orçamento passa sem discussão no Congresso

O Congresso aprovou ontem, por acordo de lideranças, o projeto de lei orçamentária para 1991, que estima as receitas e fixa as despesas em Cr\$ 52,6 trilhões a preços médios de 1991, e o projeto que dispõe sobre o plano plurianual 1991/1995. Os dois projetos só foram à votação depois que as lideranças concordaram em destinar Cr\$ 392 bilhões para os setores da educação, saúde e reforma agrária — uma exigência da bancada do PT. A bancada petista conseguiu ainda reduzir o montante de recursos orçamentários destinados a alguns municípios nordestinos, como Arraial da Ajuda, em Porto Seguro (BA), e São Luís, capital do Maranhão.

A proposta orçamentária do governo estimava as receitas e fixava as despesas em Cr\$ 8,6 trilhões a preços de maio passado. A Comissão Mista de Orçamento decidiu acrescentar mais Cr\$ 750 bilhões — ou Cr\$ 4,2 trilhões já corrigidos — por considerar que a receita estava subestimada. A preços de maio, o parecer do deputado João Alves (PFL-BA) estimou as receitas e fixou as despesas em Cr\$ 9,4 trilhões. Como a comissão fez uma estimativa de inflação de 460% no período maio de 90 a dezembro de 1991, os valores do orçamento ficaram em Cr\$ 52,6 trilhões em valores do ano que vem.

Segundo o relator do projeto, deputado João Alves, o governo subestimou em muito as suas receitas. O relator que tratou especificamente das receitas, deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES), argumen-

tou que a estimativa do do governo não poderia ser diferente porque foi feita em maio. Depois de enviar a proposta orçamentária ao Congresso, o governo aumentou a alíquota do Finsocial sobre a folha de pagamento das empresas de 14% para 15%. Só nesse item

houve uma estimativa de ganho de mais Cr\$ 296 bilhões a preços de maio. Em agosto, o governo aplicou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre as operações de curto prazo, que o relator considerou como mais Cr\$ 225 bilhões para a receita da União.



O relator da Comissão de Orçamento, João Alves (dir.), discute com o deputado José Genoíno, do PT, antes do acordo.

Traição

O relator João Alves se sentiu traído pelo fato de as lideranças do PMDB e PFL terem negociado com o PT uma fatia da reestimativa de receita (dos Cr\$ 750 bilhões). “Não fui consultado

por ninguém”, queixou-se, no plenário, o deputado baiano. O acordo foi feito para evitar que a liderança do PT obstruísse a sessão do Congresso com um pedido de verificação de quórum. Como não havia quórum suficiente para votação (248 deputados e 38 senadores), toda a

pauta deveria ser aprovada por acordo de lideranças. Mesmo assim, a sessão foi confusa, porque apenas alguns deputados tinham acesso ao relatório que continha as emendas aprovadas pelo deputado João Alves. Só havia uma cópia do relatório, ao lado do plenário, manipulada por assessores da Comissão Mista de Orçamento. Das cerca de 15 mil emendas apresentadas pelos parlamentares (inclusive relatores parciais), 7.500 foram aprovadas, num valor estimado em Cr\$ 100 bilhões a preços de maio.

No projeto de plano plurianual a novidade foi a inclusão dos fundos que constavam no orçamento deste ano e que constam no de 1991. Eles estavam extintos por dispositivo constitucional. O deputado João Alves, que também relatou o projeto de plano plurianual do governo, decidiu que as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) para os exercícios de 1993 a 1995 especificarão as metas anuais da administração pública federal. Para 1991, o Executivo, dentro de 60 dias da publicação do projeto aprovado ontem, fará as adequações necessárias decorrentes das alterações no orçamento anual. A LDO estabelecerá as metas para 1992.

Os deputados José Serra (PSDB-SP) e César Maia (PDT-RJ) acreditam que o orçamento para 1991 aprovado pelo Congresso pode virar “ficção”, com as medidas de cortes propostas pelo Executivo. Ontem, o governo, por decreto lei, incluiu no projeto de orçamento para 1991 Cr\$ 12 trilhões relativos à amortização da dívida mobiliária de curto prazo, que havia sido subestimada no projeto original.